

PROFESSOR P-III

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Atualidades e Conhecimentos Gerais	11 a 20
Legislação Municipal	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

De todos os tempos.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno de provas, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao aplicador de provas.
2. Este caderno é composto de questões múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas **uma** é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro, notifique-o ao aplicador de prova.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com emenda, corretivo, rasura ou com mais de uma marcação, terá pontuação zero.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o **Texto 1** para responder às questões de 1 a 7.

Texto 1**Filhas da Terra: saúde diferenciada do Povo Kaimbé do Nordeste**

Por Vandrezza Amante

O Território Kaimbé é marcado por um processo histórico intenso de colonização e ocupação. O povo Kaimbé é um grupo que reivindicou a demarcação do território pela autodenominação como indígena. A partir do século XVII os Kaimbé foram perseguidos pelos jesuítas para a expansão territorial da Colônia e a formação da Missão Jesuítica do Massacará. A retomada da terra se iniciou na década de 1980, quando as lideranças indígenas Kaimbé e Kiriri reivindicaram que uma área pertencente à fazenda Mirandela fosse demarcada como indígena. Apesar do conflito instalado, o Governo Federal regularizou a situação fundiária a partir da organização coletiva dos grupos indígenas.

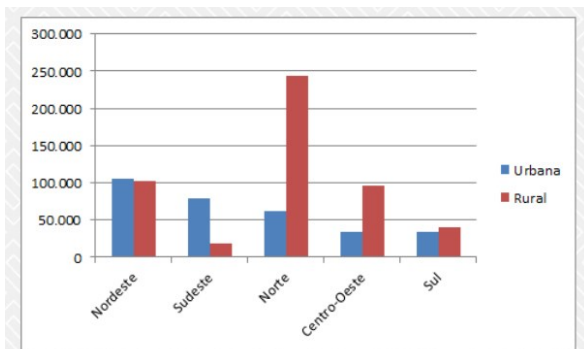


Gráfico – concentração de povos indígenas por regiões brasileiras/ Imagem: FUNAI

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os povos indígenas estão presentes tanto na área rural quanto na área urbana, sendo que cerca de 61% dos indígenas estão concentrados na área rural. Estima-se que atualmente no território brasileiro estão presentes 305 etnias, falantes de mais de 274 línguas diferentes. O censo IBGE 2010 demonstrou que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa num total de 817.963 pessoas. Destes, 315.180 vivem em áreas urbanas e 502.783 em áreas rurais. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), na América Latina vivem cerca de 45 milhões de indígenas em 826 povos que representam 8,3% da população.

Disponível em: <<https://caterinas.info/filhas-da-terra-saude-diferenciada-do-povo-kaimbe-do-nordeste/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

— QUESTÃO 01 —

O texto se desenvolve em torno do tema da

- (A) disputa humana por espaços de poder.
- (B) predação do meio ambiente.
- (C) luta fundiária nos territórios indígenas.
- (D) destruição da América Latina.

— QUESTÃO 02 —

A Missão Jesuítica do Massacará foi efetivada

- (A) por meio da expropriação da terra indígena.
- (B) em territórios étnicos demarcados pelo Estado.
- (C) com a autorização das comunidades assistidas.
- (D) a partir de negociações e alianças governamentais.

— QUESTÃO 03 —

Do primeiro parágrafo do texto, infere-se que

- (A) os missionários religiosos defendiam os direitos dos indígenas.
- (B) os governantes garantiram a legalização das terras indígenas.
- (C) a expansão territorial no período da colonização brasileira foi pacífica.
- (D) os conflitos no território indígena Kaimbé existem desde a colonização.

— QUESTÃO 04 —

A estruturação do primeiro parágrafo constrói um argumento em defesa do processo de conquista do território indígena como resultado de

- (A) aliança oficial entre o Estado, a Igreja e a sociedade.
- (B) reivindicação, autodenominação e organização coletiva.
- (C) convivência entre as lideranças indígenas e os políticos locais.
- (D) convocação de assembleias para aprovação de legislação pertinente.

— QUESTÃO 05 —

O gráfico inserido no Texto 1 mostra que a maior concentração de indígenas no Brasil encontra-se

- (A) na região Norte.
- (B) em lugares inacessíveis.
- (C) na região Sul.
- (D) em locais desconhecidos.

— QUESTÃO 06 —

Com base no segundo parágrafo do texto, infere-se que

- (A) a população indígena brasileira prefere morar no convívio com as cidades.
- (B) cerca de um sexto da população latino-americana e caribenha vive na miséria.
- (C) a população indígena representa o maior percentual do continente latino-americano.
- (D) em torno de um quarto da população residente no território brasileiro desconhece a língua portuguesa.

— QUESTÃO 07 —

Atualmente, a população indígena da América Latina é de 8,3%, porque

- (A) desde a invasão europeia o crescimento demográfico nesse continente está descontrolado.
- (B) a presença dos povos indígenas é predominante nesse continente.
- (C) desde o período colonial houve uma dizimação em massa dos povos indígenas no continente americano.
- (D) a expansão territorial planejada atraiu povos originários de outros continentes.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de 8 a 10.

Texto 2**— QUESTÃO 08 —**

No texto, da articulação entre linguagem verbal e linguagem não verbal, infere-se que a relação do sentimento humano com o meio ambiente reflete

- (A) cuidado.
- (B) ambição.
- (C) desvelo.
- (D) vaidade.

— QUESTÃO 09 —

Os termos “fome” e “pobreza” no texto estão usados com

- (A) sentido figurado.
- (B) valor de verdade.
- (C) significado próprio.
- (D) efeito poético.

QUESTÃO 10

O efeito de sentido criado pelo texto tem a função de mostrar que a relação de poder entre quem defende e quem agride a natureza é

- (A) equilibrada.
- (B) amistosa.
- (C) pacífica.
- (D) desigual.

— RASCUNHO —

ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS**— QUESTÃO 11 —**

Leia o texto a seguir.

A estátua de um traficante de escravos derrubada na cidade inglesa de Bristol por manifestantes antirracistas foi retirada do rio onde foi jogada nesta quinta-feira (11 de junho de 2020). Uma efígie de Cristóvão Colombo foi arrancada e jogada em um lago na terça em Richmond, nos Estados Unidos, e outra foi vandalizada no centro de Miami, coberta com tinta vermelha e mensagens que diziam "Nossas ruas", "Black Lives Matter" (Vidas Negras Importam) e "George Floyd".

Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/11/estatua-de-escravocrata-britanico-derrubada-por-manifestantes-e-retirada-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

Os fatos mencionados colocam em evidência a discussão sobre

- (A) a manipulação da memória coletiva.
- (B) o declínio do conhecimento histórico.
- (C) a negação das personagens heroicas.
- (D) o avanço dos movimentos nacionalistas.

— QUESTÃO 12 —

Leia o texto a seguir.

A conjuntura que hoje vivemos sugere que a humanidade volte a envolver-se com a natureza, em exata oposição ao que o desenvolvimento propõe. Como salienta o filósofo José de Ávila Aguiar Coimbra, "a escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e da diversidade da vida. Portanto, passemos imediatamente e com todo o fervor possível a nos envolver com a construção da cidadania ambiental séria, justa e consequente.

WALDMAN, M. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 557.

A cidadania referida no texto pressupõe a

- (A) atuação dos órgãos internacionais na criação de políticas socioambientais.
- (B) hegemonia das organizações não governamentais na defesa da ecologia.
- (C) liderança das instituições de pesquisas no monitoramento da natureza.
- (D) participação dos indivíduos no cuidado com o meio ambiente.

— QUESTÃO 13 —

Leia o texto a seguir.

Há cem anos a população mundial não experimentava uma epidemia com o potencial do coronavírus. O que para a maior parte das gerações tem um ar de novidade e de exceção, para inúmeros povos indígenas trata-se de uma trágica repetição de uma história multissecular. "A minha geração, que é diferente da geração dos meus avós que pegaram e viveram a gripe espanhola, nunca tinha experimentado uma pandemia deste tipo, nesta intensidade de mortes, sem nenhum tipo de medicamento comprovado, sem vacinas, as pessoas trancadas. Isso é exatamente o que esses povos indígenas experimentaram por tantos séculos", pontua a professora e pesquisadora Aparecida Vilaça.

Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/morte-na-foresta-vida-e-consequencias-da-pandemia-para-os-povos-indigenas>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

A comparação realizada no texto se fundamenta na característica histórica das populações indígenas de:

- (A) rejeição aos hábitos de higiene introduzidos em suas comunidades.
- (B) oposição à introdução de conhecimentos científicos em suas terras.
- (C) vulnerabilidade a agentes biológicos importados para seus territórios.
- (D) resistência à integração nacional planejada para as suas populações.

— QUESTÃO 14 —

Leia o texto a seguir.

Há anos, historiadores rejeitam a ideia de uma nova guerra fria entre EUA e China. Para eles, o mundo estaria co-nectado demais para ser dividido em dois blocos, algo bastante diferente de quando americanos e soviéticos disputavam a supremacia planetária. Agora, no entanto, o esfacelamento da relação sino-americana prepara o terreno para um confronto que poderá ter muitas das características da disputa entre Moscou e Washington, inclusive seus perigos.

BITTENCOURT, A. EUA e China trocam sanções e chegam ao pior ponto da relação. *Mais Goiás*. 14 jul. 2020.

A comparação dos atritos entre China e EUA com a Guerra Fria é feita devido à possibilidade de

- (A) pretensão de domínio indireto da geopolítica mundial.
- (B) ascensão do autoritarismo nos polos geopolíticos mundiais.
- (C) fragmentação em diversos polos econômicos globais.
- (D) repetição dos mesmos acontecimentos em países distintos.

— QUESTÃO 15 —

Leia o texto a seguir.

Um artigo científico publicado na revista Land Use Policy, elaborado por pesquisadores do IPAM (Instituto Ambiental de Pesquisa da Amazônia) e do Woods Hole Research Center, dos Estados Unidos, mostra pela primeira vez como a implementação de estratégias específicas para as quatro grandes categorias fundiárias pode levar ao desmatamento zero na Amazônia.

IPAM. 11/12/2019. Disponível em: <<https://ipam.org.br/melhor-uso-da-terra-na-amazonia-gera-menos-desmatamento-e-mais-ganhos-mostra-estudo/>>. Acesso em: 09. ago. 2020.

Qual conceito designa as estratégias produtivas propostas pelo artigo científico em questão?

- (A) Progressismo ecológico.
- (B) Desenvolvimento sustentável.
- (C) Mecanicismo socioecológico.
- (D) Economia de recursos naturais.

— QUESTÃO 16 —

Observe a imagem a seguir.



Siron Franco. Sem título. Rua 57. 1987

O quadro de Siron Franco remete a qual acontecimento histórico em Goiás?

- (A) Assassinato de Haroldo Gurgel.
- (B) Chacina no Mercado Popular.
- (C) Acidente com material radioativo.
- (D) Transferência da capital.

— QUESTÃO 17 —

Leia o texto a seguir.

Há relatos de viajantes que, passando por isoladas fazendas goianas, encontraram descendentes dos desbravadores que tinham esquecido a língua portuguesa e não mais sabiam rezar as orações cristãs. As carências eram tais, que em Goiás não se chegou a conhecer a ação das escolas e colégios dos jesuítas, nem se contou com a presença das santas casas de misericórdia, de tão marcante presença no império lusitano.

FREITAS, L. C. B. F. Do interior mais distante: uma história de poder e paixão. R. *IHGB*, Rio de Janeiro, ano 172 (451):307-318, abr./jun. 2011. p. 308.

No século XVIII, uma das dificuldades em conectar Goiás com o império português foi

- (A) o interesse de Portugal pela região.
- (B) a resistência dos habitantes locais.
- (C) a ampla dispersão da população.
- (D) a concorrência com os espanhóis.

— QUESTÃO 18 —

Leia o texto a seguir.

A lógica constante da edificação de Goiânia era a de planejar para evitar os problemas da antiga capital, fato compreensível, já que tudo na nova cidade deveria ser diferente dos sítios coloniais. As condições ecológicas aliadas ao discurso sanitarista justificavam, no âmbito ideológico, a mudança da capital de Goiás, ocultando, dessa forma, as disputas oligárquicas regionais.

ARRAIS, T. A. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: UFG, 2013. p. 154 e 155. (Adaptado).

Uma das justificativas ecológicas usadas pelos mudancistas foi:

- (A) a necessidade de uma topografia plana.
- (B) a ausência de atividade mineradora.
- (C) a dificuldade de acessibilidade hidráulica.
- (D) a necessidade de paisagem natural na capital.

— QUESTÃO 19 —

Leia o texto a seguir.

Fez-se de novo o velório com todas as regrinhas de costume. Café com biscoito pelas dez horas. Viradinho de feijão e linguiça comidos, com voracidade e discrição na cozinha, e quentão forte de canela e gengibre, quando a noite esfriou e os galos amiudaram.

Contaram-se casos. Louvaram as virtudes do finado, num breve necrológico. Passaram anedotas discretas. Falou-se da carestia da vida, dos erros do governo e se fez a filosofia da morte.

CORA CORALINA. *Estórias da casa velha da ponte*. São Paulo: Global, 2000. p. 70.

No texto apresentado a autora dá detalhes do estilo de vida

- (A) ritualístico.
- (B) burocrático.
- (C) moderno.
- (D) comunitário.

— QUESTÃO 20 —

Leia o texto a seguir.

Quando foi proclamada a República do Brasil, em 15 de novembro de 1889, a notícia somente chegou à antiga capital goiana, que não tinha telégrafo, no dia 29 de novembro, 14 dias depois. Foi uma festa, segundo a crônica da época, cantaram até a Marselhesa, hino oficial da França, tal influência da língua francesa no território goiano, graças à participação dos padres dominicanos.

TELES. J. M. Os cem anos de Goiás. In: *Crônicas vilaboenses*. Goiânia: Kelps, 2013. p. 103.

Com base no texto, o hino oficial da França foi cantado para

- (A) destacar a colonização francesa no Brasil.
- (B) saudar os princípios da Revolução francesa.
- (C) prestigiar a elite francesa que residia em Goiás.
- (D) ironizar a colonização portuguesa.

— RASCUNHO —

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**— QUESTÃO 21 —**

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Goiás, constitui objetivo fundamental desse município:

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a solução pacífica dos conflitos.
- (C) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) a autodeterminação dos povos.

— QUESTÃO 22 —

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Goiás, cabe privativamente ao Município de Goiás executar obras de

- (A) rodovias interestaduais.
- (B) escolas e faculdades.
- (C) saneamento básico.
- (D) drenagem pluvial.

— QUESTÃO 23 —

A despeito das sessões de deliberação e votação,

- (A) as deliberações de suas comissões serão tomadas por maioria dos presentes, salvo disposição constitucional ou da Lei Orgânica em contrário.
- (B) a sessão extraordinária somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.
- (C) a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual.
- (D) a convocação extraordinária para posse do prefeito e do vice-prefeito será feita pelo vice-presidente da Câmara.

— QUESTÃO 24 —

Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Goiás, compete à mesa da Câmara:

- (A) tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos.
- (B) promulgar as leis com sanção tácita, ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário.
- (C) fazer publicar os atos da mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar.
- (D) representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal.

— QUESTÃO 25 —

Conforme regra contida na Lei Orgânica do Município de Goiás, estão excluídas do processo legislativo municipal:

- (A) emendas à Lei Orgânica do Município.
- (B) leis complementares.
- (C) medidas provisórias.
- (D) leis delegadas.

— QUESTÃO 26 —

Pela legislação municipal de Goiás, o servidor público municipal estável poderá perder o cargo quando houver:

- (A) decisão do prefeito municipal.
- (B) decisão do secretário de planejamento.
- (C) término do mandato eletivo.
- (D) sentença judicial transitado em julgado.

— QUESTÃO 27 —

São de competência do município de Goiás, em decorrência de fato gerador ocorrido na sua circunscrição, o imposto sobre

- (A) veículos automotores.
- (B) circulação financeira.
- (C) serviços de qualquer natureza.
- (D) circulação de mercadorias e serviços.

— QUESTÃO 28 —

Segundo o Código de Postura do Município de Goiás, nos bares, restaurantes e hotéis, a lavagem de louças e talhares deve ser feita exclusivamente com água

- (A) cristalina.
- (B) corrente.
- (C) filtrada.
- (D) de reuso.

— QUESTÃO 29 —

Segundo o Código de Postura do Município de Goiás, a obstrução do logradouro público com material de construção é:

- (A) proibida.
- (B) proibida, salvo autorização da Câmara Municipal.
- (C) permitida, se previamente autorizado pela prefeitura.
- (D) permitida.

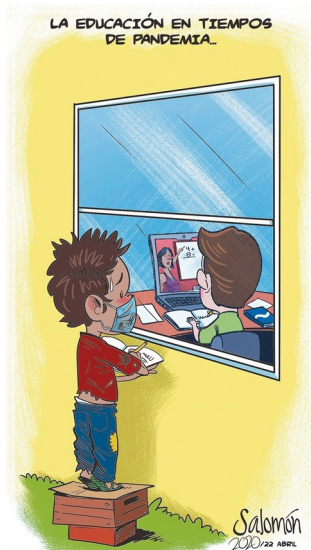
— QUESTÃO 30 —

As multas por infrações ao Código de Posturas do Município de Goiás

- (A) são valoradas a partir da Unidade de Referência Fiscal do Município.
- (B) são valoradas sempre em parâmetro fixo, vedada a progressão.
- (C) devem ser pagas no prazo máximo de cinco dias úteis.
- (D) podem ser cobradas somente a partir do ano posterior à sua aplicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**— QUESTÃO 31 —**

Analise o cartum a seguir, de autoria de Salomón, que expressa as desigualdades educacionais desnudadas ao longo da pandemia da Covid-19 no ano de 2020.



Disponível em: <<https://www.laprensagrafica.com/Caricatura-h202004210002.html>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Na realidade brasileira, essas desigualdades no campo educacional e cultural foram constatadas de diferentes formas, dentre as quais destaca-se a seguinte:

- (A) nas últimas décadas, o Estado assegurou a todas as escolas públicas o acesso à água potável, à rede de esgoto e à energia elétrica garantindo ainda o acesso à internet em suas instalações, o que permitiu, durante a pandemia, a rápida transição do ensino presencial para o ensino remoto.
- (B) menos de 40% dos estudantes da educação básica das redes públicas têm computador ou tablete em casa e mais da metade dos estados brasileiros tem domicílios com menos de 60% de acesso à internet banda larga.
- (C) como o país controlou a pobreza extrema e não possui famílias em situação de insegurança alimentar, as escolas puderam realocar os recursos do programa de alimentação escolar para garantir a conectividade dos estudantes.
- (D) as escolas públicas já estão preparadas para o retorno às atividades presenciais, garantindo os protocolos de segurança sanitária com álcool em gel para todos e distanciamento dos estudantes em sala de aula.

— QUESTÃO 32 —

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- (B) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública e privada.

- (C) gestão democrática da educação pública e privada.
- (D) gratuidade do ensino público, com exceção dos cursos de pós-graduação.

— QUESTÃO 33 —

Sobre a educação especial, a LDB de 1996 determina que:

- (A) a modalidade está excluída dos programas sociais suplementares do livro didático e da alimentação escolar.
- (B) se destina exclusivamente aos educandos do ensino fundamental, etapa obrigatória da educação básica.
- (C) os sistemas de ensino assegurem professores com especialização adequada, em nível médio ou superior.
- (D) como modalidade, a educação deve ser oferecida em rede especial, fornecendo meios adequados para atender a um público com deficiência.

— QUESTÃO 34 —

Leia o excerto a seguir.

O Brasil foi historicamente e continua sendo o verdadeiro reino da vagareza em assuntos de escolarização e alfabetização do povo. Fechou o século XX com 17,6 milhões de analfabetos entre as pessoas de 10 anos ou mais, o que representa mais de duas vezes o número de analfabetos contados no Brasil nos censos de 1872 e 1890.

FERRARO, A. R. Liberalismos e educação. Ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, mai./ago. 2009, p. 323. (Adaptado).

Para enfrentar o problema apresentado por Ferraro, a legislação brasileira, especialmente a LDB de 1996, trata do direito à educação de todos nos seguintes termos:

- (A) a educação de jovens e adultos de oferta regular, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos trabalhadores condições de acesso e permanência na escola.
- (B) a educação básica obrigatória e gratuita é dever do Estado na etapa que corresponde ao ensino fundamental, que inclui as crianças e adolescentes dos sete aos quinze anos, estando o Estado desobrigado de sua oferta para os que não estão na idade própria.
- (C) a formação profissional e tecnológica deve ser destinada à formação de mão de obra, especialmente das camadas populares, que se destinam ao trabalho nas indústrias e no comércio e necessitam de formação específica.
- (D) a educação de jovens e adultos, organizada exclusivamente por meio de supletivos e provas de conclusão, deverá ser oferecida a todos os que comprovarem insuficiência de recursos para pagar a sua realização.

— QUESTÃO 35 —

Leia reportagem a seguir.

Em um dia considerado histórico para os educadores e com uma derrota do governo, a Câmara aprovou nesta terça-feira, 21, a prorrogação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), principal mecanismo de financiamento das escolas públicas do País. Com as mudanças, 17 milhões de alunos a mais serão beneficiados no País, por meio de recursos para as escolas em que estudam.

TURTELLI, C.; CAFARDO, R., 21.07.2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/21/fundeb-e-aprovado-e-17-milhoes-de-alunos-a-mais-podem-ser-beneficiados.html>>. Acesso em: 10 ago. 2020. (Adaptado).

A aprovação do Fundeb na Câmara dos Deputados, em 21 de julho de 2020, indica a necessidade de sua aprovação no Senado, de forma a garantir o financiamento para a educação pública. Sobre o tema, a Constituição Federal de 1988 determina que:

- (A) o governo federal tem o poder de definir quanto de suas receitas aplicará em manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como o percentual do produto interno bruto que o país gastará com educação.
- (B) os estados e municípios devem aplicar anualmente 18% de toda a sua arrecadação, aí incluídos os proventos advindos de doações e contribuições, visando à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.
- (C) os recursos públicos serão destinados exclusivamente às escolas públicas, sendo vedada sua aplicação em escolas privadas, comunitárias e filantrópicas.
- (D) a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas, se constitui uma fonte adicional de financiamento para a educação básica.

— QUESTÃO 36 —

O Brasil contava, em 15 de agosto de 2020, com mais de 107 mil mortos por Covid-19, uma marca da tragédia que assola o país e que teve impacto violento sobre as atividades escolares com a suspensão das aulas presenciais. Desde o início da pandemia, se discute formas de cumprir o ano letivo e como pensar o retorno às atividades presenciais. Neste contexto, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, sabe-se que:

- (A) a educação infantil é a única modalidade que não foi prejudicada pela pandemia, pois não tem obrigatoriedade de cumprir dias letivos.
- (B) o calendário escolar pode se adequar às peculiaridades, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previstas.

- (C) a obrigatoriedade de organização escolar em séries anuais obriga as redes de ensino a contarem os dias letivos por meio das atividades remotas, on-line ou a distância.
- (D) a carga horária mínima anual é de oitocentas horas para ensino fundamental e médio distribuída por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar e deve ser cumprida em qualquer realidade.

— QUESTÃO 37 —

Leia a letra de música a seguir.

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo Tempo Tempo Tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo Tempo Tempo Tempo

Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo Tempo Tempo Tempo
Entro num acordo contigo
Tempo Tempo Tempo Tempo

A música de Caetano Veloso, “Oração ao tempo”, retoma um dos aspectos da escolarização que sempre foi desafiador para o país, o tempo de duração do tempo das atividades escolares, especialmente, se acrescentamos o aspecto da obrigatoriedade do ensino, ou seja, do tempo que um cidadão é obrigado a permanecer na instituição. Tempo e idade sempre foram componentes importantes para definir a escolarização obrigatória do cidadão. Sobre o tempo de escolarização, a legislação determina que:

- (A) a Emenda Constitucional n. 59 de 2009 ampliou o tempo de duração de escolaridade no Brasil ao definir que a única etapa obrigatória é o ensino fundamental de nove anos, dos sete aos 15 anos.
- (B) a educação infantil, tempo de convivência com a família, deve ser ofertada para as famílias que não têm condição de educar seus filhos em casa, sendo que as instituições devem priorizar o cuidado e o tempo da brincadeira, do lúdico, sem caráter educativo.
- (C) o tempo de alfabetização das crianças, definido pelo Plano Municipal de Educação de Goiás (2014-2024), corresponde à etapa dos anos iniciais do ensino fundamental, de forma de que a passagem para os anos finais fica condicionada aos bons resultados nas provas nacionais.
- (D) o Plano Nacional de Educação de 2014, em uma de suas metas, estabelece a elevação, até 2024, da escolaridade média da população de 18 a 29 anos para no mínimo 12 anos de estudo, incluindo as populações do campo, os 25% mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

— QUESTÃO 38 —

Art. 5º - O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais. (BRASIL, 2010)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, Resolução CNE/CEB n. de 7/2010, apresentam como um de seus fundamentos o direito à educação e por isso definem:

- (A) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017 é o documento regulador do currículo da escola e serão validados apenas os conhecimentos descritos nessa normativa, uma vez que o ensino fundamental deve focar na formação básica do cidadão.
- (B) o projeto político-pedagógico deverá atender à exigência de organização seriada do ensino fundamental e, devido as características especiais dos nove anos de escolarização, essa é uma atribuição exclusiva da gestão das instituições escolares.
- (C) o ensino fundamental, como direito público subjetivo de cada um, é dever do Estado, garantindo a oferta pública, gratuita e de qualidade, sem requisitos de seleção.
- (D) a ampliação do tempo de duração do ensino fundamental para nove anos, implicou na perda de importância da escola de tempo integral, no caso da educação básica.

— QUESTÃO 39 —

Sobre os planos de educação nacional, estadual e municipal, a legislação brasileira estabelece que:

- (A) o Plano Estadual de Educação de Goiás foi aprovado pela Lei n. 18969/2015 e define que sua execução e avaliação é de exclusiva competência do Poder Executivo, por meio da secretaria estadual de educação.
- (B) o Plano Municipal de Educação do município de Goiás apresenta como meta universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final plano.
- (C) são políticas de governo pautadas pelos interesses de grupos sem previsão constitucional e, por isso são interrompidas quando encerra um mandato governamental.

- (D) o último Plano Nacional de Educação foi aprovado em 2014 e, dentre as metas previstas, está a ampliação do investimento público em educação para 20% do Produto Interno Bruto em 2024.

— QUESTÃO 40 —

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 define que, na organização da educação nacional, os Estados são responsáveis por:

- (A) definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, assegurando a distribuição proporcional das responsabilidades.
- (B) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar as instituições do seu sistema de ensino, ou seja, as instituições de educação infantil públicas e privadas.
- (C) assegurar a oferta de educação infantil e oferecer, com prioridade, o ensino fundamental.
- (D) colaborar com os municípios no transporte escolar dos alunos da rede estadual.

— QUESTÃO 41 —

Conforme Mizukami (1986), um ensino que procura desenvolver a inteligência deverá priorizar as atividades do sujeito, considerando-o inserido numa situação social. Aprender implica assimilar o objeto a esquemas mentais. Nessa abordagem, percebe-se que a aprendizagem fica dependente do desenvolvimento das estruturas mentais. Assim, essa abordagem é definida como:

- (A) cognitivista.
- (B) tradicional.
- (C) humanista.
- (D) comportamentalista.

— QUESTÃO 42 —

Como a abordagem tradicional de ensino caracteriza a escola?

- (A) Como o lugar que ensina a criança a observar, em que qualquer aluno tenha a possibilidade de aprender por si próprio, oportunizando investigações, tateios e ensaios que uma atividade real pressupõe.
- (B) Como uma agência educacional que deverá adotar forma peculiar de controle, de acordo com os comportamentos que pretende instalar e manter.
- (C) Como o lugar por excelência onde se realiza a educação, a qual se restringe, em sua maior parte, a um processo de transmissão de informações em sala de aula.
- (D) Como um local onde seja possível o crescimento mútuo do professor e dos alunos, no processo de conscientização, o que implica uma escola diferente da que se tem atualmente.

— QUESTÃO 43 —

Leia o texto a seguir.

As concepções de Vygotsky sobre o funcionamento do cérebro humano fundamentam-se em sua ideia de que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem. Na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, o ser humano cria as formas de ação que o distinguem de outros animais. Sendo assim,

- (A) a compreensão do desenvolvimento psicológico pode ser buscada em propriedades naturais do sistema nervoso.
- (B) o cérebro está indisponível a novas funções, criadas na história do homem, pois são necessárias transformações morfológicas no órgão físico.
- (C) o cérebro é visto como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual.
- (D) o cérebro é alheio à influência da cultura, uma vez que o comportamento humano, que melhora as chances de sobrevivências da espécie, será passado geneticamente para a geração seguinte.

— QUESTÃO 44 —

Conforme Sander (2008), um dos recentes desenvolvimentos, no vasto campo da avaliação educacional, é a avaliação institucional. No entanto, esta não é uma invenção dos educadores. Ela nasceu e se desenvolveu no contexto mais amplo das ciências sociais aplicadas, em especial, à administração. Nesse sentido, a avaliação institucional, no campo da educação, surgiu, portanto, como:

- (A) uma atividade de investigação da qualidade das aulas.
- (B) uma prática de mensuração do desempenho organizacional.
- (C) um mecanismo de planejamento das atividades pedagógicas.
- (D) um instrumento de verificação das aprendizagens dos estudantes.

— QUESTÃO 45 —

Para Luckesi (2012), são dois os parâmetros de acompanhamento dos resultados da aprendizagem dos educandos na escola: o parâmetro do exame e o da avaliação da aprendizagem. Qual característica é típica do parâmetro da avaliação da aprendizagem?

- (A) A classificação.
- (B) A hierarquia.
- (C) A seleção.
- (D) O processo.

— QUESTÃO 46 —

Conforme a DCN para a educação básica (art. 11 e parágrafo único), a escola de educação básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do país. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas. Nesse sentido, a avaliação das aprendizagens deve:

- (A) classificar e selecionar os estudantes.
- (B) ser formativa e diagnóstica.
- (C) ser realizada ao final do processo de ensino.
- (D) desenvolver a memorização nos estudantes.

— QUESTÃO 47 —

Em dezembro de 2017, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, dentre outras coisas, instituiu as competências e habilidades como centrais na organização curricular. No âmbito da BNCC, a expressão “competências e habilidades” deve ser considerada como equivalente à

- (A) expressão, direitos e objetivos de aprendizagem.
- (B) formação especializada, direcionada aos futuros trabalhadores.
- (C) lista de conteúdos distribuídos em disciplinas especializadas.
- (D) experiência, vivência e necessidades dos alunos.

— QUESTÃO 48 —

O art. 8º da resolução que instituiu a Base Nacional Comum Curricular estabelece que os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem adequar as proposições da BNCC à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes, devendo:

- (A) fortalecer a competência pedagógica das secretarias de educação.
- (B) selecionar e aplicar metodologias padrão e estratégias didático-pedagógicas uniformes.
- (C) decidir sobre as formas de organização dos componentes curriculares.
- (D) seguir uma programação de conteúdos predefinidos pelo MEC.

— QUESTÃO 49 —

Considerando que, na educação infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da educação infantil na Base Nacional Comum Curricular está estruturada em

- (A) temas geradores.
- (B) habilidades.
- (C) competências.
- (D) campos de experiência.

— QUESTÃO 50 —

Conforme estabelece a Lei n. 89 de 2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação do município de Goiás, o acompanhamento de sua execução deve ser realizada:

- (A) pelo Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.
- (B) pelo Conselho Estadual de Educação e Fórum Municipal de Educação.
- (C) pela Secretaria Municipal de Educação e Conselhos Escolares.
- (D) pela Associação de Pais e Mestres e Conselho de Diretores.

— RASCUNHO —**— RASCUNHO —**